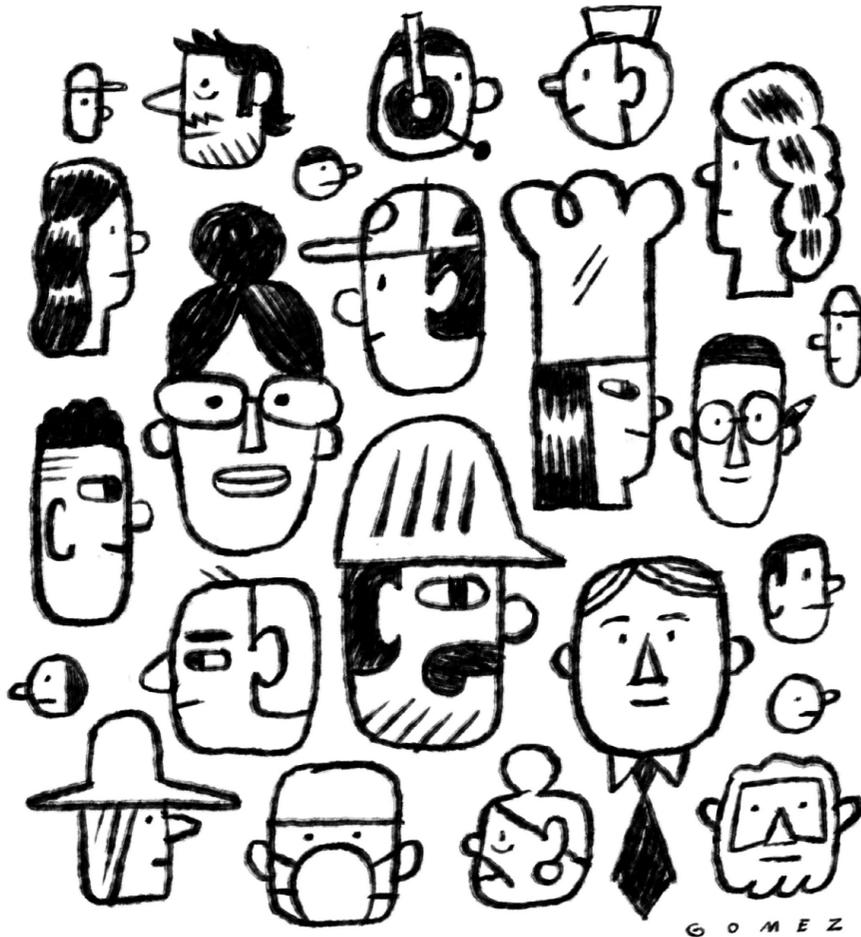


# Trabalhadores, parabéns

» LUIZ MARINHO  
Ministro do Trabalho e Emprego



Primeiro de maio. Dia do Trabalho. Dia dos trabalhadores. Data para reafirmarmos nossos compromissos e comemorarmos as conquistas. Momento de parabenizar a organização sindical pela contribuição na construção da economia e da democracia em nosso país.

Data importante para lembrarmos que o Brasil do enfrentamento ao trabalho escravo voltou. Que o Brasil que combate a precarização das relações de trabalho está de volta. Que retornou o Brasil da valorização do salário mínimo. E que, graças a Deus, está em nossa companhia, novamente, o Brasil que vai ver sua economia crescer, gerando empregos e oportunidades.

Nesses primeiros dias, tivemos a enorme tarefa de reorganizar o Ministério do Trabalho e Emprego. Tarefa ainda não concluída. Recebemos como herança uma estrutura absolutamente desarticulada, políticas públicas abandonadas e equipe reduzida. Beira ao crime o que foi feito pelo governo anterior com a máquina pública da pasta do Trabalho e Emprego. Respondendo à visão ideológica de seus representantes, não economizaram na desorganização que patrocinaram.

Mesmo com essa triste realidade e contando com o empenho altivo dos servidores do ministério e de outras instituições da sociedade brasileira, avançamos. No enfrentamento ao trabalho degradante, resgatamos mais de 1,1 mil trabalhadores que se encontravam em situação de trabalho análogo à escravidão. Prática encontrada, em especial, no meio rural, em diferentes culturas. Nosso desafio até o próximo ano é não precisar mais realizar essas operações. A partir do diálogo com o setor produtivo, vamos construir soluções que evitem essa situação de declarar o Brasil território livre de trabalho análogo ao escravo, mais uma vez.

Em relação à legislação trabalhista, sentamos à mesa com representantes dos trabalhadores e dos empregadores para fazer o debate sobre mudanças que se fazem necessárias na legislação trabalhista. Principalmente, a partir da última reforma trabalhista, que, na nossa visão, favoreceu a precarização das relações de trabalho. Importante destacar, por exemplo, que o retorno da contribuição sindical não se incluiu em uma possível mudança. Vamos realizar um debate franco e aberto.

Construir consensos onde for possível para encaminhar os projetos ao Congresso Nacional. Não haverá, contudo, qualquer revogação.

Nesse período inicial, demos partida ao debate — também envolvendo trabalhadores, empresários e governo — para garantir mais direitos aos trabalhadores em aplicativos. Tudo de forma transparente, democrática, sem qualquer tipo de imposição. O objetivo é garantir melhor remuneração e condições de trabalho para os trabalhadores. Aqui, a ideia é oferecermos uma cesta de possibilidades para que eles optem por qual caminho querem seguir para garantir a sua proteção.

Constituímos um grupo de trabalho para elaborar a legislação que garantirá ganho real ao salário mínimo, como foi feito em nossos governos

anteriores. Um compromisso de campanha do presidente Lula e uma profissão de fé que carregamos por uma vida toda. A proposta será apresentada pelo presidente cujo projeto, resultado desse debate amplo, será encaminhado, em breve, ao Congresso Nacional para apreciação dos parlamentares.

Temos muito trabalho pela frente. E, juntos com as centrais sindicais e demais entidades que representam o mundo do trabalho, temos a certeza de que vamos avançar. Seguindo a orientação do presidente Lula, vamos nos manter trilhando os caminhos para a implementação do trabalho decente em todos os setores da economia, em todas as regiões do país. Esse é o nosso compromisso.

## Construir um projeto de país com desenvolvimento sustentável

» VAGNER FREITAS  
Presidente do Conselho Nacional do Sesi, foi presidente da CUT

Neste 1º de maio, fruto de uma desastrosa administração do governo anterior, os trabalhadores e trabalhadoras enfrentam ainda uma dura taxa de desemprego de 8,6%, que deixa 9,2 milhões de cidadãos fora do mercado de trabalho. A recuperação da indústria tem sido retardada em função da persistência na manutenção de uma política equivocada de juros altos, que não conseguiu domar a inflação, compromete o consumo e o desempenho da economia como um todo.

A retomada do desenvolvimento econômico, sustentável, com distribuição de renda e justiça social vai exigir do país a implementação de políticas e medidas estruturais que possam destravar os investimentos necessários para alavancar uma forte reindustrialização do país, setor chave para sustentar o crescimento.

O governo tem tomado a iniciativa de propor importantes medidas que devem ser debatidas intensamente por todos os setores organizados da sociedade civil. O arcabouço fiscal, juntamente com a proposta de reforma tributária que, não apenas simplifique nosso sistema tributário, mas corrija as distorções hoje existentes, entre elas a tributação sobre o consumo que penaliza em cascata a indústria, atinge o consumo e impacta renda dos trabalhadores e trabalhadoras.

A reforma tributária deve também contribuir para que se construa um ambiente de justiça tributária de forma progressiva para que a renda da grande massa de trabalhadores não continue a ser penalizada e os profissionais possam ter acesso aos bens de consumo produzidos no país e, dessa forma, alavancar o desenvolvimento e o crescimento.

Outra medida é a retomada de linhas de crédito diferenciadas para a indústria, com condições mais favoráveis para investimentos em inovação e tecnologia aprimorando a capacidade produtiva da indústria brasileira. Isso pode ser feito por meio de parcerias entre empresas e universidades, por exemplo, que podem gerar novas ideias e soluções para os desafios enfrentados pelo setor industrial. Em especial aquelas que propiciem às empresas adotar e implementar as melhores práticas ambientais, de saúde para os trabalhadores e das comunidades do seu entorno, contribuindo para que o Brasil possa cumprir os compromissos internacionais frente à gravidade das mudanças climáticas do planeta e, com isso, ampliando os horizontes no mercado internacional.

A indústria brasileira já deu grandes demonstrações do seu potencial de produção local e da utilização das matérias-primas brasileiras, tanto nas grandes obras e equipamentos de infraestrutura, quanto na produção de bens de consumo. Apostar no conteúdo nacional para a indústria brasileira também é condição importante para potencializar a reindustrialização do setor. Com isso é possível gerar novos empregos em diversos setores da economia e aumentar a competitividade do país no mercado internacional.

Aumentar o consumo também é fundamental para melhorar a economia e gerar novos empregos de qualidade, com uma legislação trabalhista que preserve direitos e dê segurança jurídica aos empregados e às empresas. Para isso, é necessário e urgente a redução dos juros bancários e o

investimento em políticas públicas que estimulem o consumo interno, como a ampliação do crédito para as famílias. É importante criar políticas para a criação de novos negócios e estimulem o empreendedorismo, gerando novos postos de trabalho e aumentando a renda das famílias.

A educação e a qualificação profissional dos nossos jovens adultos serão fundamentais para que os trabalhadores possam ser incorporados nesse novo mercado de trabalho. Uma educação que seja inclusiva, cidadã, que respeite a diversidade social, cultural, religiosa, sexual, que não admita nenhum tipo de discriminação e tenha compromisso com a preservação ambiental, a democracia como elemento de participação, de diálogo e da liberdade.

Nosso futuro passa obrigatoriamente pela educação para estarmos preparados para a quarta revolução industrial em curso. E para que nossos jovens e adultos possam ter acesso a ela, nossos professores também devem receber a mesma atenção para que possamos oferecer um ensino de qualidade.

Novamente, o Brasil tem uma oportunidade histórica de construir um projeto de país com desenvolvimento sustentável, justiça tributária e social e distribuição de renda. É preciso que os representantes dos trabalhadores e trabalhadores dos setores empresariais, da sociedade civil organizada e dos movimentos sociais promovam amplo debate sobre as propostas que estão sendo apresentadas pelo governo e apresentem, legitimamente, suas propostas e sugestões que possam aperfeiçoar e dar sustentabilidade ao desafio que está proposto.

## A dignidade e o primado do trabalho

» LEOMAR DARONCHO  
Procurador do Trabalho

Abril é mês do alerta para os acidentes e as doenças do trabalho em razão de duas datas: 7/4 — Dia Mundial da Saúde, e 28/4 — Dia Mundial em Memória das Vítimas de Acidentes de Trabalho. O laço verde da campanha Abril Verde identifica a segurança e a saúde no trabalho. Depois de abril, vem o feriado de 1º de maio — Dia do Trabalho — criado pelo residente Arthur Bernardes, em 1924, dedicado “à confraternidade universal das classes operárias e à comemoração dos mártires do trabalho”.

Em 1988, os direitos trabalhistas ganharam destaque no texto constitucional. O Brasil teria a terceira maior Constituição do mundo, com mais de 250 artigos e 70 mil palavras. Todavia, emprega apenas uma vez a palavra “primado”, termo que remete à ideia de primazia, prioridade ou supremacia. Foi usada para qualificar a relevância do trabalho na base da ordem social, que tem como objetivo o bem-estar e a justiça social (art. 193).

Assim, a categoria do trabalho pretendida pela Constituição não pode se dar em ocupações precárias. Exige que o trabalho seja digno, com direitos básicos garantidos, como forma de assegurar a justiça social e a prosperidade, pressupostos inclusive do desenvolvimento do mercado interno, vital para sustentação das atividades econômicas.

Com esse enfoque, Brasília sediou, em 19 e 20 de abril, o Seminário Trabalho Digno em Frigoríficos — Comemoração aos 10 anos da NR 36. Celebrou-se a norma que estabelece as condições mínimas de segurança e saúde no setor que emprega 590 mil brasileiros e ainda é marcado por graves índices de acidentes e doenças ocupacionais.

Análise recente de informações do INSS (<https://smartlabr.org/>) indica que a pecuária e o trabalho rural concentram as ocupações mais perigosas. Nos frigoríficos, são 90 acidentes por dia. Em 2021, 40 trabalhadores de frigoríficos morreram no trabalho. Os números reais são piores, pelo menos 300% superiores aos registros oficiais, conforme reconhece o Ministério do Trabalho. A subnotificação é alarmante quanto aos acidentes.

No evento, promovido pelo Ministério Público do Trabalho, Escola Superior do Ministério Público da União e Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, interagiram mais de 450 participantes presenciais, além de 1.300 que acompanharam a programação em tempo real pela internet.

Ao final, entidades sindicais — Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação, Confederação Brasileira Democrática dos Trabalhadores da Alimentação e União Internacional dos Trabalhadores da Alimentação — leram a Carta de Brasília, celebrando o marco civilizatório representado pela norma que entrou em vigor em 2013.

O documento condena as temerárias tentativas de “adequações” ou “harmonizações”, destacando a luta travada contra as recentes investidas que buscaram destruir a norma: a NR 36 “continua salva e salvando vidas”. Apresentaram uma pauta com itens para a melhoria das condições de trabalho no setor, tais como a recomposição do quadro de auditores fiscais e o incremento da fiscalização; a redução das jornadas extenuantes, em atividade reconhecidamente penosa, e a adequação do ritmo de trabalho; a adoção de medidas especiais de proteção às mulheres e gestantes, deficientes, povos indígenas e migrantes; e o clamor para que a NR36 seja símbolo de organização, mobilização e luta por um ambiente de trabalho digno, saudável, humano e justo, alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (Agenda 2030). Por fim, salientaram que a norma concretiza compromissos com os direitos humanos embora ainda haja muito a ser conquistado.

O Dia do Trabalho exige reflexão acerca do alinhamento do Brasil aos valores e princípios básicos da OIT e do compromisso com a pauta civilizatória. O trabalho, que gera riquezas, deve ser fonte de dignidade, pois, conforme assinala a OIT, a pobreza é ameaça à prosperidade, sendo que todos têm o direito de perseguir o bem-estar material em condições de liberdade e dignidade.

O presidente do Comitê do Prêmio Nobel, ao fazer a entrega do Prêmio Nobel da Paz à OIT em 1969, destacou que “a OIT tem uma influência perpétua sobre a legislação de todos os países”, devendo ser considerada “a consciência social da humanidade”. Que o Dia do Trabalho represente a celebração da luta pelo trabalho digno.